

*Discurso na cerimônia de comemoração do 1º aniversário do Código de Trânsito Brasileiro e do lançamento oficial da campanha do Código de Trânsito*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 22 DE JANEIRO DE 1999

*Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel; Senhor Ministro Renan Calheiros; Senhor Ministro Eliseu Padilha; Senhor Ministro Clóvis Carvalho; demais ministros de Estado; Senhor Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Senhores Parlamentares; Senhores Oficiais-Generais, Senhoras e Senhores, Senhores agraciados,*

Tenho, realmente, muito pouco a acrescentar. Gostaria apenas de fazer uma referência. Alguns que tiveram a oportunidade ou foram obrigados a viver no exterior, em países mais desenvolvidos que o Brasil, certamente terão notado que há duas, entre muitas outras, características que marcam o estado de avanço de uma sociedade em termos de cidadania, em termos de uma cultura que permita uma convivência melhor.

Uma delas foi dita aqui de todas as formas: “Esse é o Código”. E o Código há de ser obedecido. Obedecer à lei, respeito à lei. Pode ser dura, mas é a lei, tem que ser respeitada.

E a outra está dita aí também. Sempre chamo a atenção, naturalmente, aos que viveram ou podem viver nesses países, em que as faixas são respeitadas, o ônibus chega na hora, no poste está marcado o horá-

rio em que ele vai chegar. Enfim, essas regras que nós estamos aqui tentando disseminar no Brasil.

Mas há uma muito outra importante também, que é o amadurecimento de uma sociedade. Não tem, diretamente, a ver com os aspectos externos da modernização, a novidade. Não é isso. O que marca, realmente, uma sociedade madura é a capacidade que ela tem de manutenção. Não é a questão de o carro ser novo. É de ser bem mantido. Obedecida a regra e mantido o meio de transporte, qualquer que ele seja – o avião, o ônibus, o automóvel, o que seja – dá-se um sinal muito claro de desenvolvimento.

O nós estamos vendo aqui, o Ministro Clóvis ponderou e tem razão, é um esforço de cidadania, de direitos humanos. E é verdade. Mas é, também, um esforço de desenvolvimento no sentido amplo da expressão e não apenas no sentido aparente, daquilo que é novo, daquilo que é moderno. O Brasil está no umbral dessa transformação.

Cada vez mais se percebe uma preocupação com o respeito à lei. Sem o respeito à lei, não há respeito de um pelo outro. Volta-se a uma situação “hobesiana” em que todos são inimigos de todos. É o contrário disso. É o Estado de Direito, Estado democrático, que obriga que haja uma lei e que ela seja cumprida custe o que custar. Modifica-se a lei, se for o caso, através dos mecanismos legislativos apropriados. Recorre-se, se for o caso, das decisões tomadas por serem arbitrárias, se o forem, mas respeita-se a lei. E se cultiva, ao mesmo tempo, o bom estado das coisas. É ao que nós estamos assistindo no Brasil.

Os efeitos desse novo Código foram extraordinários. Primeiro, toca no dia-a-dia das pessoas. E quem morre não é quem guia. Muitas vezes, quem morre é quem está andando na rua. Não se trata, simplesmente, de uma regra boa para aqueles que estão guiando automóveis, pilotando aviões ou o que seja. Trata-se de uma regra boa para todos, para toda a população. E a população, às vezes, sem ter nenhuma responsabilidade, é atingida por um petardo, como aqueles que nós vimos aqui, de choques inesperados. Então, isso mexe com o dia-a-dia dos cidadãos. E mexe positivamente.

Não faltou quem ponderasse que a lei era excessiva aqui e ali, que as taxas poderiam ter um efeito negativo aqui e ali. Sempre é assim quan-

do se inova, quando se procura mostrar um caminho. É preciso uma certa dureza para que esse caminho, realmente, mais tarde, seja palmilhado com mais tranqüilidade. Sempre haverá os que vão dizer que não é possível, que não dá para agüentar, que tem que mudar, que tem que ser mais fraco, que tem que abrandar, que tem que ser flexível, que tem que ser mais compreensivo. Não é certo isso.

Evidentemente – também os Ministros mencionaram isso aqui – haverá coisas a corrigir na lei. Mas não se poderá corrigir de imediato, pela pressão, às vezes do interessado, às vezes do que não compreendeu, às vezes, realmente, de um movimento que não foi nem muito bem refletido. É preciso dar tempo ao tempo para que as leis, efetivamente, surtam os seus efeitos.

Mantive, no que pude, as decisões do Congresso. Nós apressamos. Tenho que agradecer ao Congresso e àqueles que foram relatores desta matéria tão delicada, que não era fácil. Coube a nós não só a implementação de que o Ministério da Justiça e o Ministério dos Transportes estão cuidando, mas resistir às pressões açodadas para facilitar.

Esse não é mais o caminho do Brasil. Pode ser, às vezes, o caminho da dureza, da aspereza, mas tem que ser o caminho de um país que tem consciência de seus objetivos. E nesse terreno o nosso objetivo é o de ampliar a boa convivência. E a boa convivência depende da implementação efetiva de leis como essa que aqui nós mencionamos. E para implementá-las, não basta o Estado.

Dos que aqui estão, alguns pertencem a setores do Estado brasileiro. Outros não, pertencem à sociedade civil: a imprensa, os meios de comunicação, muitas associações de bairro. Enfim, a sociedade tem que, também, estar ativamente interessada no cumprimento da lei.

Nós, aqui, acabamos de homenagear os cumpridores da lei, os servidores do Estado, os que julgam as infrações e aqueles que nos ajudaram a difundir a necessidade dessas leis. E é fundamental, como também já foi dito aqui, que se compreenda que o grosso do problema do trânsito é urbano. Não é, nem sequer, nas estradas, como muitas vezes se pensa. É urbano. Portanto, é importante que a cooperação dos Prefeitos, dos Governadores que são de cidades-estados, como é o caso de Brasília,

seja obtida para que nós possamos, efetivamente, fazer com que esta lei prospere. Ela há de prosperar.

Parabéns aos agraciados, cumprimentos aos que aqui vieram e muitíssimo obrigado.